

Notas explicativas às Informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Companhia”) compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. Está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes:, Brainfarma, Sanofi, Cristália, União Química e Medley.

1.1 Eventos ocorridos no exercício de 2016:

a. Anvisa

A Companhia teve uma inspeção realizada no período de 03 a 08 de agosto de 2015 pelo órgão de Vigilância Sanitária (Anvisa), resultando em um termo de interdição parcial para suas atividades de fabricação de insumos farmacêuticos (IFA’S). Assim sendo, em 28 de setembro, a Companhia apresentou à Anvisa e SUVISA (Superintendência de Vigilância Sanitária), um Relatório de Ações Corretivas implementadas, e ao mesmo tempo solicitou uma nova inspeção para o início do mês de outubro, para fins de desinterdição. Em 29 de outubro de 2015, a Anvisa, por meio da SUVISA, emitiu o termo de desinterdição da atividade de fabricação de insumos farmacêuticos.

A Administração da Companhia continua realizando ações para a validação dos seus produtos, um dos pontos levantados na inspeção. Para aqueles que ainda não foram validados, a Companhia está realizando análises mercadológicas para determinar a continuidade ou não na aplicação do processo de validação, de modo a não prejudicar o faturamento da Companhia. Até o momento a companhia possui 34 produtos validados.

Em 21 de dezembro de 2016 a Companhia obteve da Anvisa o certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos, a autorização de funcionamento nº 1.01.573-5 válido até 21/12/2018.

b. Novas Unidades

Em 30 de outubro de 2016 a Companhia concluiu a construção da Unidade 230 e está prevista a conclusão da unidade 280 para o início de fevereiro de 2017. Estima-se para o primeiro trimestre de 2017, após períodos de testes, o início da geração dessas novas unidades.

1.2 Licença de Operação

Em 26 de dezembro de 2013 a Companhia obteve do INEA/RJ (Instituto Estadual do Ambiente) a licença de operação nº IN 025803, válido até 26/12/2017, para as novas unidades em operação. Quando finalizar o processo de construção das novas unidades, a Companhia solicitará as respectivas licenças de operação. (Veja nota explicativa nº 11).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas ocorrem anualmente e são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado, foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos.

Para as duas novas plantas, a Companhia contratou a emissão de laudo para definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado para nos últimos 2 anos.

4.2 Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos.

4.3 Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

4.4 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 16.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 6.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.6 Custo dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

6.7 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais para custeio, destinadas para pesquisa e desenvolvimento, são reconhecidas sistematicamente no resultado, como outras receitas, durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar.

6.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.8.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.8.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.9 ICMS sobre vendas

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao coquetel da Aids, conforme o convenio 10/2002 do ICMS.

6.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.11 Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.12 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

6.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.15 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

6.15.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.15.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.15.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.16 Investimentos

O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

6.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

6.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. A administração está avaliando os impactos da adoção dessas novas normas.

- **Iniciativa de divulgação (Alteração ao CPC 26/IAS 7)** - ss alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)** - substitui as as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 15 (Receita de Contratos com Clientes)** - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 16 (Arrendamentos) - introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

7 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	7.226	7.040
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	2.497	3.532
	<u>9.723</u>	<u>10.572</u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez; prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8 Aplicações financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Operações compromissadas - DI	-	8.072
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	10.165	4.784
	<u>10.165</u>	<u>12.856</u>

As aplicações financeiras possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização em um prazo menor do que 12 meses.

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 92% a 99% do CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Clientes nacionais (i)	14.072	13.431
Clientes estrangeiros	2.255	2.030
Total	<u>16.327</u>	<u>15.461</u>

A Blanver Farmoquímica Ltda, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e a Brainfarma Industria Química e Farmaceutica S/A representam cerca de 72% do saldo do contas a receber de clientes nacionais (72% em 31 de dezembro de 2015). Atualmente são considerados os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1)

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	10.616	10.522
Vencidos até 30 dias	905	499
Vencidos de 31 até 60 dias	288	12
Vencidos de 61 até 90 dias	-	1.321
Vencidos de 91 até 120 dias	-	2.528
Vencidos de 121 até 180 dias	1.135	56
Vencidos acima de 180 dias	3.383	523
	<u>16.327</u>	<u>15.461</u>

A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de acordo com as políticas adotadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes ao contas a receber de clientes do setor privado no valor de R\$ 45 (em 31 de dezembro de 2015 não houve provisão).

Dos montantes vencidos há mais de 120 dias, R\$ 3.898 referem-se a vendas destinadas principalmente ao Governo. A Administração estima não haver perdas com crédito e os valores são considerados recuperáveis, adicionalmente ao montante provisionado.

10 Estoque

	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados (a)	7.177	9.144
Produtos em processo (d)	5.672	8.764
Produtos para revenda (b)	594	800
Importação em andamento	-	383
Matérias-primas (c)	20.207	28.139
Almoxarifado	208	233
	<u>33.858</u>	<u>47.463</u>

- (a) O estoque de produtos acabados da Companhia é pulverizado, sendo os seguintes produtos que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2016: Fumarato de Tenofovir, Espironolactona e Cloridrato de Midazolam, com 14%, 11% e 10% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, os produtos acabados de maior representatividade eram: Lamivudina, Efavirenz e Espironolactona, com 23%, 15% e 9% do saldo total, respectivamente.
- (b) Os produtos para revenda da Companhia que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2016, foram: Fosfato de Cálcio Anidro e Dicolofenaco de Sódio ambos com 19% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, os produtos para revenda que apresentaram maior representatividade, eram: Salicilato de Metila e Ácido Salicílico com 35% e 18% do total do saldo da conta, respectivamente.
- (c) As matérias-primas que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2016, foram: Tritil-Azido-Timidina, , Ciclopropiletinil, Carenona e Cloreto de 2-Metil-Benzidril com 18%, 16%, 9% e 6% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, as matérias-primas que apresentaram maior representatividade, eram: Tritil-Azido-Timidina, Salicilato de Lamivudina, Ciclopropiletinil e Tiabendazol com 32%, 20%, 12% e 5%, respectivamente.
- (d) Os produtos em processo que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2016, foram: Citrato de Orfenadrina Bruto, Zidovudina Bruta, Orfenadrina Base Bruta e Citrato de Orfenadrina Purificada com 19%, 11%, 8% e 7% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, os produtos em processo que apresentaram maior representatividade, eram: Maleato de Midazolam Purificado, Zidovudina e Orfenadrina Base Bruta com 21 %, 13% e 8% do total do saldo respectivamente.

A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 783 (R\$ 1.693 em 31 de dezembro de 2015).

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.693
Adições	1.505
Reversões	<u>(2.415)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>783</u></u>

	Provisão para perdas nos Estoques
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.345
Adições	2.862
Reversões	<u>(2.514)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>1.693</u></u>

11 Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ	-	511
CSLL	139	228
PIS	57	227
COFINS	248	1.064
IRRF	49	49
IPI	24	46
ICMS	457	546
Parcelamento da Lei 12.996/04	948	567
Outros	<u>34</u>	<u>34</u>
	<u><u>1.956</u></u>	<u><u>3.272</u></u>
Circulante	1.956	2.340
Não Circulante	-	932

12 Impostos Diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ	576	379
CSLL	207	136
	<u>783</u>	<u>515</u>

A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. Veja movimentação demonstrada na nota 15.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão sendo reclassificados do ativo circulante, rubrica de impostos a recuperar, para o ativo não circulante na rubrica de impostos diferidos.

13 Imobilizado

		31/12/2016			31/12/2015
	Taxas anuais				
	médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	1.221	-	1.221	58
Instalações	10%	16.371	(5.566)	10.805	6.415
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	15.861	(10.415)	5.446	5.897
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.171	(656)	515	211
Veículos	10% a 20%	319	(228)	91	117
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	2.459	(1.442)	1.017	410
Imobilizado em andamento	-	45.965	-	45.965	24.542
Adiantamento de fornecedores	-	158	-	158	3.655
Outros	4% a 20%	2.489	(2.114)	375	412
Total		86.014	(20.421)	65.593	41.717

	31/12/2015	31/12/2014
Taxas anuais		

	médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	58	-	58	58
Instalações	10%	11.431	(5.016)	6.415	5.118
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	15.286	(9.389)	5.897	6.238
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	871	(660)	211	222
Veículos	10% a 20%	319	(202)	117	150
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	1.570	(1.160)	410	478
Imobilizado em andamento	-	24.542	-	24.542	9.479
Adiantamento de fornecedores	-	3.655	-	3.655	-
Outros	4% a 20%	2.424	(2.012)	412	532
Total		<u>60.156</u>	<u>(18.439)</u>	<u>41.717</u>	<u>22.275</u>

a. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2016
Terrenos	58	-	-	1.163	1.221
Instalações	11.431	-	-	4.941	16.372
Máquinas e equipamentos	15.286	223	(12)	364	15.861
Móveis e utensílios	871	45	(84)	339	1.171
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	1.570	193	(1)	697	2.459
Imobilizado em andamento (i)	24.542	25.360	-	(3.934)	45.968
Adiantamento de fornecedores (ii)	3.655	158	-	(3.655)	158
Outros	2.424	3	(27)	85	2.485
Total	<u>60.156</u>	<u>25.982</u>	<u>(124)</u>	<u>-</u>	<u>86.014</u>

	Saldo em 31/12/14	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/15
Terrenos	58	-	-	-	58
Instalações	9.689	-	-	1.742	11.431
Máquinas e equipamentos	14.580	408	-	298	15.286
Móveis e utensílios	848	19	-	4	871
Veículos	224	95	-	-	319
Equipamentos de informática	1.449	133	(5)	(7)	1.570
Imobilizado em andamento (i)	9.480	17.099	-	(2.037)	24.542
Adiantamento de fornecedores (ii)		3.655	-	-	3.655
Outros	2.431	-	(7)	-	2.424
Total	<u>38.759</u>	<u>21.409</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>60.156</u>

- (i) A Companhia apresenta um projeto de expansão, aprovado em reunião de conselho em 20 de junho de 2013, que contempla duas unidades Fabris, ambas localizadas no próprio terreno da Companhia. O cronograma de construção está apresentado a seguir:
- Unidade 230: A construção dessa unidade foi concluída em 30 de outubro de 2016 com o objetivo de fabricação de IFA'S de baixa escala. A entrada em operação está previstas para o 1º trimestre do ano de 2017;
 - Unidade 280: Essa unidade está sendo construída com o objetivo de fabricação de IFA'S de alta escala, estando prevista sua conclusão para o início do mês de fevereiro de 2017 e entrada em operação para março do ano de 2017;

Deste saldo total, cerca de R\$ 687 refere-se a juros dos empréstimos capitalizados (R\$ 588 em 31 de dezembro de 2015). O montante de R\$ 7.589 é relativo a outros projetos já concluídos (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2015), principalmente referente a Obra Civil (conclusão do arruamento e infraestrutura da unidade 000).

Refere-se a adiantamentos feitos pela compra de equipamentos para expansão da unidade fabril 200, que irão compor o ativo imobilizado da Companhia.

Os principais gastos montantes registrados na conta de imobilizado em andamento refere-se, principalmente, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Obras Civas	9.392	8.170
Equipamentos	12.494	7.745
Materiais	13.335	4.092
Montagem	9.432	2.912
Outros	1.315	1.623
Total	<u>45.968</u>	<u>24.542</u>

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Terrenos	-	-	-	-
Instalações	(5.016)	(550)	-	(5.566)
Máquinas e equipamentos	(9.389)	(1034)	8	(10.415)
Móveis e utensílios	(660)	(65)	69	(656)
Veículos	(202)	(26)	-	(228)
Equipamentos de informática	(1.160)	(283)	1	(1.442)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Outros	(2.012)	(122)	20	(2.114)
Total	<u>(18.439)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>98</u>	<u>(20.421)</u>

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/15
Terrenos	-	-	-	-	-
Instalações	(4.571)	(445)	-	-	(5.016)
Máquinas e equipamentos	(8.342)	(1.047)	-	-	(9.389)
Móveis e utensílios	(626)	(34)	-	-	(660)
Veículos	(74)	(128)	-	-	(202)
Equipamentos de informática	(971)	(197)	8	-	(1.160)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
Outros	(1.900)	(112)	-	-	(2.012)
Total	(16.484)	(1.963)	8	-	(18.439)

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, parte do ativo imobilizado no montante de R\$9.234, a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

14 Empréstimos e financiamentos

Em milhares de Reais	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2015	Liberação	Variação TJLP	Juros Pro-Rata	Juros no Resultado	Pagamento do Principal	Saldo em 31/12/2016
BNDES - Contrato - 08.202.291/010 (i)	4,50%	301	-	-	(1)	3	(300)	-
BNDES - Contrato - 09.207.681/019 (ii)	3,50%	417	-	-	(7)	6	(410)	-
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (iii)	1,5% a	7.983	2.798	-	(14)	435	(716)	10.051
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (iii)	4,50% 1,5% +	5.667	1.451	(66)	-	-	(476)	6.708
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (iii)	TJLP	3.225	-	-	(8)	-	(216)	3.001
Outros acionistas - Contratos de Mútuo (iv)	3,50% 2% + TJLP	1.003	-	-	-	49	(1.052)	-
		18.596	4.249	(66)	(30)	493	(3.170)	19.760
Passivo Circulante (Principal)		1.169						4.770
Passivo Não Circulante (Principal)		17.427						14.990
Total dos financiamentos		18.596						19.760

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar Pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

(i) Contrato BNDES N° 08.202.291/010

Principal: R\$3.000 mil
Juros: 4,5% a.a.
Vencimento: Em 60 parcelas a partir de 15 de julho/11 e a última em 15 de junho de 2016.
Garantia: Bens dos sócios majoritários.

(ii) Contrato BNDES N° 09.207.681/019

Principal: R\$2.500 mil
Juros: 3,5% a.a.
Vencimento: Em 60 parcelas a partir de 15 de novembro/11 e a última em 15 de outubro de 2016.
Garantia: Bens dos sócios majoritários.

(iii) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal: Limitado a R\$20.996 mil
Juros: De 1,5% a 4,5% a.a.
Vencimento: Em 60 parcelas a partir de setembro/16 e a última em agosto/21.
Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia:

(iv) Empréstimos com outros acionistas (Mútuo)

Principal: R\$714 mil
Juros: 2% a.a.
Vencimento: Juros Mensais e TJLP - Vencimento até julho/16
Garantia -

O valor dos juros sobre os empréstimos no montante de R\$ 1.493 em 31 de dezembro de 2015 foi apresentado nas rubricas de “despesas antecipadas” e “empréstimos e financiamentos”.

Cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos (Covenants)

A Companhia apresenta covenants não financeiros nos contratos de empréstimos com o BNDES, que vem sendo monitorado pela Administração. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do empréstimo.

15 Partes relacionadas

	Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outros acionistas (Empréstimos) - nota 12	-	1.003	(49)	(65)
BNDES (Empréstimos) - nota 12	19.760	17.593	(444)	(349)
	<u>19.760</u>	<u>18.596</u>	<u>(493)</u>	<u>(414)</u>
Circulante	4.770	1.169	-	-
Não circulante	14.990	17.427	-	-

Em 04 de julho de 2016 a Companhia liquidou o empréstimo (mútuo) que havia com o acionista.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 1.876 e R\$ 2.057 respectivamente.

16 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	2.022	950
Fornecedores estrangeiros (i)	<u>7.598</u>	<u>10.198</u>
	<u>9.620</u>	<u>11.148</u>

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 31 de dezembro de 2016, os principais produtos comprados foram: Intermediário de Efavirenz, Tenofovir, e Metil Carboxi (em 31 de dezembro de 2015: Tritel Azido Timidina, Intermediário de Efavirenz e Tenofovir).

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

	Causas trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.328
Adições	156
Reversões	<u>(466)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>1.018</u></u>
	Causas trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.437
Adições	235
Reversões	<u>(344)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u><u>1.328</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$ 2.900 (R\$ 2.874 em 31 de dezembro de 2015) relacionados a contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cuja expectativa de perda avaliada pela administração e suportada pelos consultores jurídicos está classificada como possível, e portanto, nenhuma provisão foi constituída.

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social - corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/16	31/12/15
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	23.787	32.912
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	1.866	947
Provisão de Perdas com Estoque	1.505	1.693

Provisão para contingências	156	344
Exclusões :		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(2.415)	(1.345)
Reversão de Contingências	(466)	(235)
60% dispêndios com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(126)	(192)
Participações no Lucro	(517)	-
Outros	(393)	(314)
Lucro tributável	<u>23.397</u>	<u>33.810</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	7.955	11.495
Outros	(24)	(102)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	<u>7.931</u>	<u>11.393</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A movimentação do imposto diferido ativo é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Provisão de Perdas com Estoque	1.505	-
Contingências	1.088	344
Reversão de Perdas com Estoque	(1.338)	-
Reversão de Contingências	(466)	(235)
	<u>789</u>	<u>109</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	<u>268</u>	<u>37</u>

c. Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14

Em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21 de agosto de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25 de setembro de 2015 no montante de R\$ 433. A Companhia acionou os seus advogados tributaristas, para agilizar junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- Parcelamento efetuado em 60 meses;
- Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC;
- Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%;
- Redução dos Juros de Mora em 35%;
- Redução do Encargo Legal de 100%;
- Antecipação de 10% do Débito parcelado em 5 meses;
- Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224;
- Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811;
- Os débitos tributários solicitados pela Companhia para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034;

Em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.763 (R\$ 1.852 em 31 de dezembro de 2015) está registrado na conta “outras obrigações”.

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento - IRPJ	443	443
Parcelamento - CSRF	998	998
Parcelamento - 12.996/14	322	411
	<u>1.763</u>	<u>1.852</u>
Circulante	125	96
Não circulante	1.638	1.756

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 41.977 (R\$ 33.477 em 31 de dezembro de 2015) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações Ordinárias em 31/12/2016 e 31/12/2015	%	Total em 31/12/2016 e 31/12/2015
Acionista controlador e demais acionistas	9.501.915	80	9.501.915
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	<u>1</u>	0	<u>1</u>
Total	<u><u>11.877.395</u></u>	100	<u><u>11.877.395</u></u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Em 29 de abril de 2016, foi realizada uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Companhia, com base na capitalização da reserva de lucros, no valor de R\$ 8.500. O capital social da Companhia de R\$ 33.477 aumentou para R\$ 41.977, sem emissão de novas ações pela Companhia.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76 (Lei das S/As). Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	15.540	25.419
Constituição da reserva legal – 5%	<u>(777)</u>	<u>(1.271)</u>
Base de cálculo	<u><u>14.763</u></u>	<u><u>24.148</u></u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>3.691</u>	<u>6.037</u>
Total na forma de juros sobre capital próprio e na forma de dividendos	3.691	6.037
Imposto de Renda S/Juros sobre capital retidos em 2016	<u>-</u>	<u>(590)</u>
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar – passivo	<u><u>3.691</u></u>	<u><u>5.447</u></u>

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2009.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 14), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido.

A Administração revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante	28.101	30.409
Passivo não circulante	<u>17.695</u>	<u>20.525</u>
Total	<u><u>45.796</u></u>	<u><u>50.934</u></u>
Ativo total	140.024	133.313
Índice de endividamento líquido	33%	38%

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhados na nota 12.

20.2 Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	10.165	10.165	12.856	12.856
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber	16.327	16.327	15.461	15.461
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	19.760	19.760	18.596	18.596
Outros passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores	9.620	9.620	11.148	11.148

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

20.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

20.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

20.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2016, o dólar norte-americano sofreu uma desvalorização de 16,54% frente ao real (2015 - valorização de 47,01%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	5.963	6.264	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	2.255	2.031	US\$
Adiantamento a fornecedores	221	4.452	US\$
Passivo: Seguro Transporte	255	389	US\$
Fornecedores estrangeiros	7.598	10.198	US\$

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

20.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 19.888 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 23.428 em 31 de dezembro de 2015) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$ 19.760 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 18.596 em 31 de dezembro de 2015). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

20.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus

próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 16.326 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 15.461 em 31 de dezembro de 2015), tem como os maiores volumes devidos pela, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Blanver Farmoquímica Ltda, Brainfarma, Sanofi, Eurofarma Laboratórios S/A, Takeda Pharma Ltda, Cristália, União Química e Medley, foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 19.888 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 23.428 em 31 de dezembro de 2015), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Em 31/12/2016				
Fornecedores	9.620	-	-	9.620
Financiamentos	4.770	12.016	2.974	19.760
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Em 31/12/2015				
Fornecedores	11.148	-	-	11.148
Financiamentos	1.169	7.381	10.046	18.596

20.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado.

21 Receita de Vendas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta	149.020	152.501
Menos:		
Vendas Canceladas	(4.385)	(940)
Impostos sobre vendas	(7.179)	(6.318)
	<hr/>	<hr/>
	<u>137.456</u>	<u>145.243</u>

22 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2016	31/12/2015
Custo dos Materiais	(65.764)	(62.782)
GGF e MOD	(30.953)	(27.697)
Custos Produtos Vendidos	<hr/> (96.717)	<hr/> (90.479)
Custos Produtos Revendidos	(3.037)	(4.391)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(99.754)</u>	<u>(94.870)</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Juros	(493)	(368)
Juros S/Capital Próprio	-	(3.937)
Outros	(1.400)	(847)
	<u>(1.893)</u>	<u>(5.152)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.562	1.519
Outros	1.094	262
	<u>2.656</u>	<u>1.781</u>
Variação cambial, líquida	<u>(80)</u>	<u>279</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>683</u></u>	<u><u>(3.092)</u></u>

24 Despesas operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com vendas	<u>474</u>	<u>490</u>
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	6.991	6.700
Participação dos empregados no lucro	584	-
Serviços de terceiros	2.651	3.803
Ocupação e utilidades	1.916	1.888
Despesas administrativas	3.252	1.999
Depreciação	459	388
Total das Despesas Gerais e Administrativas	<u>15.853</u>	<u>14.778</u>
	<u><u>16.327</u></u>	<u><u>15.268</u></u>

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 65.000 para danos materiais (R\$ 86.080 em 31 de dezembro de 2015), e R\$ 32.000 para responsabilidade civil (25.480 em 31 de dezembro de 2015).

26 Lucro líquido por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.124	21.482
(+) Reversão de Juros S/Capital Próprio	-	3.937
(-) Participações	(584)	-
Lucro líquido	15.540	25.419
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	11.877	11.877
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	1,31	2,14
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

27 Eventos Subsequentes

- 27.1** A Companhia em 17 de março de 2017 iniciou as operações na nova Unidade Fabril (U- 280), que será destinada a fabricação de produtos de média e grande escala para atendimento das demandas dos mercados privado e público.
- 27.2** A Companhia, através do Conselho de Administração, visando melhorar a sua estrutura interna e os padrões de Governança Corporativa, nomeou em 10 de fevereiro de 2017 dois Vice-Presidentes para atuarem nas áreas de Operação e Office.